

Indexação começou em 64 com a ORTN

Sheila D'Amorim

Hoje, a economia brasileira é praticamente toda indexada. Há regra de correção para tudo.

Cada vez que um determinado setor reajusta seus preços, os demais acabam fazendo o mesmo sem que tenha havido, necessariamente, aumento de custos, o que gera inflação.

O governo pretende acabar com a indexação para que os aumentos de preços ocorram apenas quando houver variação de custos produtivos de cada setor, evitando assim, um efeito dominó nos preços dos demais setores.

Indexação e correção monetárias são palavras com o mesmo significado, sendo que a primeira, é um termo genérico e a segunda, usada para contratos mais específicos.

A indexação ou correção monetária surgiu pela primeira vez em 1964, no governo Castelo Branco, com o objetivo de compensar a desvalorização da moeda.

Na época, a medida tornou viável os contratos de longo prazo e serviu para reduzir a perda da arrecadação

tributária.

Inflação — Os recursos recolhidos eram corroídos pela inflação, dada a defasagem, cada vez maior, entre o vencimento dos impostos e o efetivo recebimento pelo governo.

Inicialmente, a Lei nº 4.357/64 autorizou o governo a emitir ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) utilizados para pagamentos de impostos e dívidas com a União e correção dos valores dos bens das empresas.

Esses títulos tinham valor de Cr\$ 10,00 e seriam atualizados periodicamente em função da variação do poder aquisitivo.

Em fevereiro de 1986, com a decretação do Plano Cruzado e a criação da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) que substituiu a ORTN, a correção monetária foi extinta.

A partir de 1987, quando a inflação voltou a índices muito elevados, 415,83% ao ano, a correção monetária foi reintroduzida na economia brasileira.

O Plano Verão, em janeiro de 1989, desindexou a economia de no-

vo. Mas, desta vez, a extinção apenas da correção monetária e não da inflação durou somente até junho daquele ano.

Em fevereiro de 1991, como decorrência do Plano Collor II, mais uma vez houve desindexação da economia e a criação de um novo referencial, a TR (Taxa de Referencial de Juros), que acabou se tornando um indexador, com muitos contratos vinculados à sua variação diária (TRD).

Em 1993, como mais uma medida para acabar com a indexação diária, o governo extinguiu a TRD e alterou a forma de cálculo da TR, mas muitos agentes econômicos continuaram indexando seus saldos para defender suas rendas do processo inflacionário.

As constantes tentativas de desindexação da economia, se deram em momentos de inflação elevada, pegando alguns setores com preços no pico e outros com preços defasados.

Isso resultou na disparidade nos preços existentes hoje na economia brasileira que está praticamente toda indexada.